



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Chico Alencar – PSOL/RJ

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2024

Requer informações ao Ministério da Saúde sobre a incineração de vacinas vencidas, incluindo detalhes sobre o planejamento de estoques, estratégias de vacinação, combate à desinformação, custos das doses descartadas e medidas preventivas adotadas para evitar novas perdas.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado o presente requerimento à Sra. Nísia Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde, cuja finalidade é obter esclarecimentos acerca da recente incineração de 10,9 milhões de doses de vacinas e ao estoque de 12 milhões de imunizantes vencidos, conforme divulgado em veículos de imprensa.¹

Trata-se de uma situação que levanta sérias preocupações quanto à gestão de recursos públicos e à eficácia das políticas públicas de saúde, especialmente em um contexto em que o Brasil enfrenta desafios históricos para recuperar e ampliar suas taxas de cobertura vacinal.

O desperdício de imunizantes é particularmente grave diante do impacto direto que as vacinas têm na saúde pública, prevenindo doenças e salvando vidas. A informação de que milhões de doses contra a Covid-19 e outras doenças, como meningite, febre amarela e pneumonia, foram inutilizadas é motivo de indignação. Ao mesmo tempo, é imprescindível que se compreendam os fatores que levaram a essas perdas, desde a desinformação que impacta a adesão da população às campanhas de vacinação até possíveis falhas no planejamento, distribuição e gestão de estoques.

¹ <https://www.metropoles.com/colunas/tacio-lorran/saude-incinera-vacinas>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Chico Alencar – PSOL/RJ

Nosso mandato tem compromisso com a fiscalização rigorosa da administração pública e a defesa de políticas que promovam a saúde como um direito universal. Nesse sentido, a incineração em massa de imunizantes representa não apenas um prejuízo financeiro, mas também uma ameaça à saúde coletiva, especialmente das populações mais vulneráveis, como crianças e idosos. Diante dessa realidade, é fundamental que o Ministério da Saúde esclareça as circunstâncias que levaram a esses eventos, bem como as medidas adotadas para evitar a repetição de tais problemas.

Assim, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero a Vossa Excelência as seguintes informações:

1. **Sobre a gestão e planejamento dos estoques de vacinas:**

1.1. Quais critérios foram utilizados para a compra das vacinas que resultaram em vencimento antes da utilização?

1.2. Quais são as projeções de demanda utilizadas para embasar a aquisição de imunizantes no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI)?

1.3. Existe planejamento preventivo para evitar novas perdas em grande escala? Caso exista, detalhar as medidas adotadas.

2. **Campanhas de vacinação e adesão populacional:**

2.1. Quais foram as estratégias específicas adotadas pelo Ministério para aumentar a adesão às campanhas de vacinação contra a Covid-19 e outras doenças contempladas no PNI?

2.2. Que ações têm sido realizadas para combater a desinformação e reforçar a confiança na eficácia e segurança das vacinas?

2.3. Como as campanhas nacionais de imunização têm considerado as especificidades regionais e os públicos-alvo mais vulneráveis?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Chico Alencar – PSOL/RJ

Apresentação: 11/02/2025 17:08:47.383 - Mesa

RIC n.356/2025

3. **Sobre a logística de distribuição e validade dos imunizantes:**

3.1. Há uma política de priorização de distribuição de vacinas com prazo de validade mais curto para regiões com maior demanda?

3.2. Por que a campanha de vacinação contra a Covid-19 em 2024 iniciou apenas em maio, considerando os prazos de validade das doses adquiridas?

3.3. Quais mecanismos foram adotados para o monitoramento e redistribuição dos imunizantes entre os estados para evitar desperdícios?

4. **Sobre as doses incineradas:**

4.1. Qual foi o custo total das vacinas que foram incineradas em 2024?

4.2. Que percentuais de perdas mínimas são considerados toleráveis em relação ao total adquirido pelo Ministério?

4.3. A responsabilidade pela incineração dos imunizantes vencidos é compartilhada com os estados? Caso afirmativo, quais estados mais contribuíram para as perdas?

5. **Sobre as medidas preventivas e de remediação:**

5.1. Existem cláusulas contratuais que permitem a troca de vacinas próximas ao vencimento? Essas cláusulas foram efetivamente acionadas em 2024?

5.2. Quais foram os impactos financeiros das doses incineradas sobre o orçamento do PNI em 2024? Houve replanejamento orçamentário?

5.3. Como o Ministério avalia o impacto das perdas de imunizantes no esforço para reverter a crise na vacinação desde 2016?

Este requerimento busca subsidiar o mandato parlamentar na fiscalização da gestão de recursos públicos e na defesa de políticas públicas de saúde que promovam a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Chico Alencar – PSOL/RJ

proteção coletiva. Certos de sua compreensão e atenção, aguardamos resposta nos prazos regimentais.


Deputado Chico Alencar
PSOL/RJ

